

**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER/PB****EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 044/2025  
PROCESSO (PBDOP): DER-PRC-2025/05860**

<b>OBJETO</b>	Contratação de empresa especializada para prestação dos Serviços de Manutenção e Conservação Preventiva e Rotineira da Malha Rodoviária Estadual Pavimentada, sob circunscrição do DER/PB, sob a jurisdição das Residências Rodoviárias do DER/PB de Sumé, Patos, Itaporanga e Cajazeiras (Lote 01, 02, 03 e 04), divididos em 04 Lotes, com extensão total de 1.875,00 km.	
<b>Data: 18/12/2025</b>	<b>Horário: 10:00 h</b>	
<b>Valor Total</b>	R\$ 115.967.278,52 (cento e quinze milhões, novecentos e sessenta e sete mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos)	
<b>Modo de Disputa</b>	Aberto	
<b>Critério de Julgamento</b>	Menor Preço por Lote (Lote)	
<b>Preferência ME/EPP/Equiparadas</b>	Não	
<b>Regime de Execução</b>	Empreitada por Preço Unitário	Lote 01 à 04
<b>Prazo de Execução</b>	720 (setecentos e vinte) dias, contados da emissão da Primeira Ordem de Serviço, na forma procedimental do CONTRATANTE, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021	
<b>Endereço</b>	Av. José Américo de Almeida, S/N, Centro, 2º Andar, Cep: 58.040-902, João Pessoa/PB	
<b>Meios de Comunicação</b>	Comissão de Contratação: Edifício Sede do DER/PB, 2º Andar, Av. José Américo de Almeida, S/N, Centro, João Pessoa/PB. Sítio: <a href="https://der.pb.gov.br/">https://der.pb.gov.br/</a> E-mail: <a href="mailto:cpl@der.pb.gov.br">cpl@der.pb.gov.br</a>	

## SUMÁRIO

<b>1. INFORMAÇÕES GERAIS.....</b>	<b>4</b>
<b>2. LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>3. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS (CONSULTAS) SOBRE O EDITAL.....</b>	<b>5</b>
<b>4. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....</b>	<b>6</b>
<b>5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>6. DO CONSÓRCIO.....</b>	<b>11</b>
<b>7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇOS .....</b>	<b>11</b>
<b>8. CREDENCIAMENTO E ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO .....</b>	<b>11</b>
<b>9. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTA.....</b>	<b>12</b>
<b>10. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.....</b>	<b>13</b>
<b>11. RECEBIMENTO DA PROPOSTA FINAL E DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>12. COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO .....</b>	<b>17</b>
<b>13. SANEAMENTO E DILIGÊNCIAS.....</b>	<b>18</b>
<b>14. CONDIÇÕES PARA INDICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LEGAL.....</b>	<b>18</b>
<b>15. DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>18</b>
<b>16. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS .....</b>	<b>19</b>
<b>17. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....</b>	<b>20</b>
<b>18. DA HABILITAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO .....</b>	<b>33</b>
<b>20. RECURSO E CONTRARRAZÕES.....</b>	<b>34</b>
<b>21. RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA.....</b>	<b>34</b>
<b>22. RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DO DER.....</b>	<b>35</b>
<b>23. GARANTIA DA PROPOSTA .....</b>	<b>36</b>
<b>24. GARANTIA CONTRATUAL.....</b>	<b>36</b>
<b>25. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>37</b>
<b>26. MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO.....</b>	<b>38</b>



SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E DOS  
RECURSOS HÍDRICOS



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

<b>27. DURAÇÃO DO CONTRATO.....</b>	<b>38</b>
<b>28. SUBCONTRATAÇÃO.....</b>	<b>39</b>
<b>29. IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA LICITANTE E PELO CONTRATADO – PENALIDADES .....</b>	<b>39</b>
<b>30. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS .....</b>	<b>40</b>
<b>31. DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.....</b>	<b>40</b>
<b>32. DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>40</b>

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 044/2025**

PROCESSO PBD0C Nº DER-PRC-2025/05860

PROCESSO SGC Nº 31.201.05860.2025

**PREÂMBULO**

Torna-se público que o **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAÍBA – DER/PB**, por intermédio da Comissão de Contratação, constituída pela Portaria nº 064, com alterações introduzidas pela Portaria n.º 083/2024, publicada no DOE de 19 de outubro de 2024, sediada na Av. José Américo de Almeida, S/N, Centro, 2º Andar, Cep: 58.040-902, João Pessoa/PB, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, considerando o disposto no artigo 176, caput e inciso II, combinado com o artigo 17, §2º, ambos da Lei nº 14.133/2021, e, em total obediência à Lei nº 14.133, de 2021, a Lei Estadual nº 9.697/2012, de 04/05/2012, (CAFIL), a Lei Estadual nº 9.625/2011 (Código Estadual de Proteção Contra Incêndio, Explosão e Controle de Pânico), bem como à legislação correlata e, ainda, às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

1.1 – O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada para prestação dos Serviços de Manutenção e Conservação Preventiva e Rotineira da Malha Rodoviária Estadual Pavimentada, sob circunscrição do DER/PB, sob a jurisdição das quatro Residências Rodoviárias do DER/PB de Sumé, Patos, Itaporanga e Cajazeiras (Lote 01, 02, 03 e 04), incluído obras de artes especiais, divididos em 04 Lotes, com extensão total de 1.875,00 km, sob circunscrição do DER/PB, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1 - A licitação será realizada em 04 Lotes, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.2 – Os serviços objeto deste Edital serão executados de forma indireta pelo **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

1.3 – O critério de julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme tabela constante abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.4 – O modo de disputa: **ABERTO**.

1.5 – O preço máximo estimado da contratação é: **R\$ 115.967.278,52 (cento e quinze milhões, novecentos e sessenta e sete mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos)**.

1.6 – Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: até às **10:00 h do dia 18/12/2025**.

1.6.1 – Essa data de abertura atende ao disposto na Lei nº 14.133/21 no seu Art. 55, que define: Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de: **10 (dez) dias úteis**, quando o critério de julgamento for

o de menor preço ou maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia.

## 2. LEGISLAÇÃO

2.1 – Rege a presente licitação a Lei Federal n.º 14.133/2021, aplicando-se, no que couber:

- i. A Lei Estadual n.º 12.868, de 06 de novembro de 2023.
- ii. Os Decretos Estaduais n.º 41.200/2021, n.º 42.967/2022, n.º 43.759/2023, n.º 43.975/2023, n.º 44.383/2023, n.º 44.639/2023 e n.º 44.966/2024.
- iii. A Instrução Normativa SEAD n.º 005/2023.
- iv. Demais instruções e orientações normativas estaduais que regulam a espécie.

## 3. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS (CONSULTAS) SOBRE O EDITAL

3.1 – O presente Edital poderá ser impugnado em seus termos por ato escrito, motivado e fundamentado, endereçado a Comissão de Contratação/Agente de Contratação.

3.2 – Nos termos dos arts. 164 e 183 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o prazo para a apresentação de pedidos de impugnação encerrar-se-á no terceiro dia útil anterior àquele designado para a sessão pública, conforme item 1.6 deste Edital.

3.3 – A impugnação tempestiva não impede a participação do potencial licitante no respectivo certame.

3.4 – A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, em campo próprio do sistema.

3.4.1 – A impugnação poderá também ser formalizada por meio de protocolo presencial junto ao DER/PB ou através do endereço eletrônico [protocolo@der.pb.gov.br](mailto:protocolo@der.pb.gov.br), enquanto os esclarecimentos poderão ser encaminhados para o e-mail [cpl@der.pb.gov.br](mailto:cpl@der.pb.gov.br).

3.5 – Havendo dúvidas quanto aos termos do presente Edital, os interessados poderão formular, por escrito, as respectivas consultas, indicando precisamente os pontos a serem esclarecidos e dirigi-las a Comissão de Contratação/Agente de Contratação, devendo, para tanto, serem enviadas em campo próprio no sistema que rege a disputa.

3.6 – As consultas serão admitidas no prazo equivalente ao das impugnações deste Edital, conforme subitem 3.2.

3.7 – A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial <https://der.pb.gov.br/>, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.8 – É de responsabilidade do licitante a verificação regular e obtenção via download dos atos disponibilizados no sítio <https://der.pb.gov.br/>.

**4. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 – Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços contínuos de recuperação, conservação e manutenção da malha rodoviária pavimentada e não pavimentada sob circunscrição do DER/PB, divididos em 04 Lotes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4.2 – A licitação será dividida em 04 (quatro) Lotes, nos moldes abaixo descritos e em conformidade com as tabelas constantes nos documentos integrantes desta licitação:

<b>LOTE 01 – CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DA RESIDÊNCIA DE SUMÉ</b>	
Descrição do Item	Execução dos serviços de Recuperação, Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária Estadual pavimentada sob a esfera de competência da Residência de Sumé
Extensão Total da Malha (km)	337,90 km
Quantidade	01
Unidade	Serviço (s)
Local de Entrega	Circunscrição da Residência de Sumé
Critério de Julgamento	Menor Preço
Intervalo Mínimo entre Lances	0,25%
Valor Unitário (R\$)	R\$ 25.374.201,97

<b>LOTE 02 – CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DA RESIDÊNCIA DE PATOS</b>	
Descrição do Item	Execução dos serviços de Recuperação, Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária Estadual pavimentada sob a esfera de competência da Residência de Patos
Extensão Total da Malha (km)	637,20 km
Quantidade	01
Unidade	Serviço (s)
Local de Entrega	Circunscrição da Residência de Patos

Critério de Julgamento	Menor Preço
Intervalo Mínimo entre Lances	0,25%
Valor Unitário (R\$)	R\$ 30.781.775,60

**LOTE 03 – CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DA RESIDÊNCIA DE  
ITAPORANGA**

Descrição do Item	Execução dos serviços de Recuperação, Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária Estadual pavimentada sob a esfera de competência da Residência de Itaporanga
Extensão Total da Malha (km)	369,70 km
Quantidade	01
Unidade	Serviço (s)
Local de Entrega	Circunscrição da Residência de Itaporanga
Critério de Julgamento	Menor Preço
Intervalo Mínimo entre Lances	0,25%
Valor Unitário (R\$)	R\$ 32.499.038,89

**LOTE 04 – CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DA RESIDÊNCIA DE CAJAZEIRAS**

Descrição do Item	Execução dos serviços de Recuperação, Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária Estadual pavimentada e não pavimentada sob a esfera de competência da Residência de Cajazeiras
Extensão Total da Malha (km)	530,20 km
Quantidade	01
Unidade	Serviço (s)
Local de Entrega	Circunscrição da Residência de Cajazeiras
Critério de Julgamento	Menor Preço

Intervalo Mínimo entre Lances	0,25%
Valor Unitário (R\$)	R\$ 27.312.262,06

<b>TOTAL</b>	R\$ 115.967.278,52 (cento e quinze milhões, novecentos e sessenta e sete mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos)
--------------	--

4.3. É facultado ao licitante a participação em quantos lotes(itens) forem de seu interesse.

4.3.1. O presente certame, visa o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, melhor gestão contratual e em observância ao princípio da ampla competitividade, **vedada a homologação/adjudicação de mais de um lote para a mesma licitante.**

4.3.2 Cada licitante poderá ser declarada vencedora em, no máximo, 01 (um) lote, ainda que apresente a melhor proposta em mais de um deles.

4.3.2.1. Caso uma mesma licitante figure como primeira colocada em mais de um lote, será considerada vencedora apenas em 01 (um) desses, cabendo à Administração a escolha do lote a ser adjudicado, com base no critério do maior ganho econômico (maior economia) ao erário.

4.3.2.2. Para efeito da escolha do lote a ser mantido com a licitante, será aplicado o seguinte procedimento:

a) Para cada lote em que a licitante tenha apresentado a melhor proposta (P1), será identificado o preço da segunda melhor proposta classificada (P2).

b) Em seguida, será calculada a economia relativa (ER) para Administração por meio da fórmula:

$$ER = P2 - P1$$

**ER** = Economia Relativa

**P1** = Melhor Proposta / Proposta Vencedora

**P2** = Segunda Melhor Proposta / Proposta Seguinte à Ganhadora

c) A licitante permanecerá vencedora apenas no lote em que obtiver o maior valor de ER para Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba, sendo desclassificada nos demais lotes.

4.3.2.3. Nos lotes em que a licitante for desclassificada, será considerada vencedora a proposta subsequente, desde que atenda aos critérios de aceitabilidade.

4.3.2.4. Caso exista uma nova pluralidade de lotes vencidos por uma mesma licitante, o procedimento será renovado sucessivamente até que se observe a pluralidade de vencedores.

4.3.2.5. O procedimento poderá ser refeito sucessivamente caso a próxima melhor colocada não atenda aos critérios de habilitação e houver identidade de vencedor.

4.3.2.6. Após calculada a ER, não havendo propostas subsequentes válidas, e a fim de evitar o fracasso do lote, o licitante vencedor em outro lote poderá ser convocado para adjudicar o lote que não contou com proposta válida subsequente.

4.3.2.7. A justificativa técnica para a limitação de adjudicação a apenas um lote por licitante encontra-se devidamente apresentada no Estudo Técnico Preliminar e no Relatório Técnico Preparatório, tendo como orientação o Acórdão nº 1307/2017 do TCU, e outras jurisprudências de Tribunais de Contas Estaduais.

4.4. A planilha de composição de custos, caso aplicável à presente contratação, virá como anexo deste Edital.

4.5. As despesas correrão por conta dos recursos financeiros alocados na classificação orçamentária: **31201.26.782.5004.4410.00000000287.44903900.50000.9.2.0000** do Orçamento Programa do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba - DER/PB, para o exercício corrente e seguintes.

4.6. Reserva Orçamentária n.º **1541**.

4.7. A licitação será realizada em 04 Lotes.

## 5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 – Respeitadas as condições normativas vigentes, poderá participar desta licitação, o interessado que desempenhem atividade compatível com o objeto licitado, legalmente estabelecida no país e que atenda às exigências deste Edital.

5.2 – Não poderá participar do presente certame:

- a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - c.1) O impedimento de que trata a alínea “c” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o

terceiro grau;

- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- g) As pessoas jurídicas que não funcionem no país, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
- h) Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com o DER ou que estejam impedidas ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública, especialmente as inscritas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual-CAFILPB, conforme a Lei nº 9.697/2012;
  - h.1) O impedimento de que trata o subitem h será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.3 – O disposto neste item não impede que na licitação ou na contratação de obra ou serviço que se inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.4 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem às alíneas “a” e “b” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.4.1 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.5 – Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

5.6 – A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no Edital e na legislação aplicável.

5.7 – Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no Edital.

5.8 – A Comissão de Contratação/Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

5.9 – Proíbe-se, de forma absoluta, a participação de qualquer profissional que esteja indicado no Quadro de Pessoal Técnico, inclusive por meio de declaração de contratação futura, por mais de um licitante simultaneamente durante o processo licitatório. Esta medida visa garantir a exclusividade e a integridade da representação técnica necessária para este certame. Tal restrição é válida unicamente para o período do processo de licitação e não se aplica a contratações que ocorram após a finalização deste processo.

5.10 – O licitante deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir sua habilitação na presente licitação e ainda pela autenticidade de todos os documentos que vierem a ser apresentados.

5.11 – O licitante deverá arcar com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do processo licitatório.

5.12 – Os licitantes interessados em participar da presente licitação deverão obrigatoriamente se inscrever, previamente, no SICAF.

5.13 – Os licitantes interessados em participar da presente licitação deverão preferencialmente se inscrever através da Gerência Operacional do Cadastro de Fornecedores (GOCAF) vinculada à Secretaria de Administração, para obtenção e emissão do Certificado Estadual de Registro e Habilitação (CECH).

5.13.1 – O licitante vencedor do certame deverá, obrigatoriamente, estar com o cadastro a que se refere o subitem 5.13 em situação regular.

5.14 - Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

## **6. DO CONSÓRCIO**

6.1 - É vedada a participação de empresas em consórcio, aplica-se tanto à formação de novos consórcios quanto à participação por meio de consórcios já constituídos.

## **7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇOS**

7.1 – A contratada deverá cumprir as condições previstas no Relatório Técnico Preparatório (RTP).

## **8. CREDENCIAMENTO E ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO**

8.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, as licitantes deverão dispor de login e senha particulares e intransferíveis, os quais devem ser obtidos mediante o devido credenciamento junto ao Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

8.2 – As informações para o acesso ao certame podem ser obtidas no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

8.3 – O login e a senha válidos poderão ser utilizados em qualquer licitação no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

8.4 – O uso e o sigilo da senha de acesso pelas licitantes são de própria e exclusiva responsabilidade, bem como qualquer transação efetuada diretamente por estas ou por seu representante.

8.5 – O credenciamento da licitante e de seu representante legal no sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos seus atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

## 9. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento,

9.2 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

9.2.1 - Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

9.2.2 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.2.3 - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

9.2.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e mão de obra do sistema prisional, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.3 - Caso o sistema de compras utilizado no certame não possua as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 9.2.1 a 9.2.4 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação

9.3 - A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021, e neste Edital.

9.4 – As propostas poderão ser postadas a partir da data de publicação do Edital pelo sistema disponível no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), contendo os requisitos presentes neste Edital e no Relatório Técnico Preliminar, podendo ser substituídas ou excluídas até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, quando se encerra a fase de recebimento de propostas.

9.5 – Os preços unitários e total para a prestação dos serviços serão ofertados em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

9.5.1 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.6 – As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e seus Anexos.

9.7 – A simples apresentação de proposta de preços implica conhecimento e submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

9.7.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.8 – Em hipótese alguma será aceita proposta com valores globais superiores ao preço máximo estabelecido para a licitação ou preços unitários que excedam os limites previstos na Planilha Orçamentária, sendo a conformidade verificada durante a análise da proposta melhor classificada.

9.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados após a fase de apresentação de propostas.

9.10 - A proposta técnica deverá obedecer à relação indicada neste Edital e seus Anexos, mas poderá ser acompanhada por documentos complementares não relacionados.

9.10.1 - Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva.

9.11 - A proposta de preços deverá ter mês de referência conforme orçamento base da Administração e terá validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

9.12 - Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará na desclassificação de suas propostas, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.13 - Todas as propostas classificadas serão consideradas.

9.14 - A proposta que não vier a cumprir as exigências requeridas neste Edital será desclassificada.

9.15 – A Comissão de Contratação/Agente de Contratação verificará a conformidade das propostas apresentadas e poderá desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

## 10. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1 – O modo de disputa será **aberto**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.1.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos

do período de duração da sessão pública.

10.1.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.1.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.1.4 - Encerrado os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.1.5 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.2 – O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta inicial e os lances subsequentes, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

10.3 – Os licitantes ou seus representantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A responsabilidade por problemas de conexão ou falhas na rede é exclusivamente dos participantes.

10.3.1 – Se ocorrer desconexão da Comissão de Contratação/Agente de Contratação durante a etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

10.4 – Cabe ao licitante monitorar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública e atentar para as mensagens emitidas pelo sistema, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância das mensagens.

10.5 – Os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. Cada lance deve ser inferior ao menor lance até então registrado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.6 – Intervalo Mínimo entre Lances: Cada lance submetido deverá ser de pelo menos 0,25% do valor estimado da obra ou serviço – **R\$ 289.918,19 (duzentos e oitenta e nove mil e novecentos e dezoito reais e dezenove centavos)** – em relação ao lance anteriormente registrado. Esse intervalo mínimo deve ser observado rigorosamente pelos licitantes para que os lances sejam considerados válidos.

10.7 – O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEAD/PB nº 005/2023.

10.8 – A Comissão de Contratação/Agente de Contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

10.8.1 – Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o subitem 10.8, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.9 – A cada lance ofertado, as licitantes serão imediatamente informadas do recebimento, do valor e do horário de registro do lance.

10.10 – Os lances de cada licitante deverão ser obrigatoriamente inferiores ao preço de sua proposta inicial inserida no sistema, independentemente do menor valor já ofertado pelos outros concorrentes.

10.11 – Lances de mesmo valor não serão considerados, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.12 – Critérios de Desempate: Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será realizado considerando o que dispõe o art. 60 da Lei 14.133/2021.

10.12.1 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública estadual licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.13 – Após o encerramento da fase de lances, a Comissão de Contratação/Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que apresentou o lance de menor valor, visando a obtenção de um preço ainda mais vantajoso, e decidirá sobre a aceitação do mesmo.

10.14 – Após a declaração da licitante melhor classificada, a Comissão de Contratação/Agente de Contratação abrirá prazo para que a licitante ajuste sua proposta de preços ao último lance válido e apresente os documentos necessários para habilitação.

10.15 – Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Comissão de Contratação/Agente de Contratação auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.15.1 – Após o reinício previsto no subitem 10.15, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

10.16 – O sistema disponibilizará um campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão de Contratação/Agente de Contratação e os licitantes, sendo vedada qualquer outra forma de comunicação.

10.17 – A Comissão de Contratação/Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.18 - Será desclassificada:

10.18.1 - A proposta que identifique o licitante;

10.18.2 - As propostas que apresentarem inexequíveis, e não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.18.3 - As propostas que apresentarem preços globais ou unitários superiores aos fixados pela Contratante contiver vícios insanáveis;

10.18.4 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Relatório Técnico Preparatório e quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que seja insanável.

10.19. - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.20 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.21 - A proposta de preço cadastrada deverá ser ofertada pelo valor do lote, NÃO sendo necessário neste primeiro momento, o envio da Proposta Detalhada, bem como dos documentos de HABILITAÇÃO, considerando que a fase de habilitação será após a fase de lances.

## **11. RECEBIMENTO DA PROPOSTA FINAL E DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

11.1 – Após a definição do 1º colocado, o Agente de Contratação / Comissão de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

11.1.1 - A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

11.1.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art.29, § 2º)

11.1.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.2 - Caso atendidas as condições de participação, o Agente de Contratação / Comissão de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, envie a Proposta de Preços Detalhada e os Documentos de Habilitação, e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.2.1 - É facultado à Comissão de Contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 11.2, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.3 - Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório,

o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

11.4 - Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

11.4.1 - Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

11.5 - Serão ainda desclassificadas as propostas que apresentarem, na composição de seus preços:

- a) taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;
- b) custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
- c) quantitativos de mão de obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços

11.6 – A proposta de preços e os documentos para habilitação deverão obedecer à relação indicada neste Edital e seus Anexos, mas poderão ser acompanhados por documentos complementares não relacionados.

11.7 – Caso o licitante mais bem colocado seja considerado habilitado, será divulgado o resultado do certame, bem como será aberto o prazo de 10 (dez) minutos para manifestação da intenção de recorrer – conforme item 20 deste Edital, (Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022).

11.8 – Caso este licitante seja considerado inabilitado, será(ão) convocado(s) o(s) licitante(s) subsequente(s), em ordem de classificação, para que, no mesmo prazo acima, apresente(m) sua proposta de preços adequada ao último lance e seus documentos para habilitação conforme Edital e, se necessário, documentos complementares, até que haja licitante habilitado, e então será divulgado o resultado do certame, bem como será aberto o prazo para manifestação da intenção de recorrer – conforme item 20 deste Edital.

11.10 – Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes, exaurida a lista de participantes, após todas as análises, será divulgado o resultado do certame, bem como será aberto o prazo para manifestação da intenção de recorrer – conforme item 19 deste Edital.

## **12. COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO**

12.1 – De acordo com o estabelecido na Portaria n.º 064/2024/DS, alterada pela Portaria n.º 083/2024, compõe a Comissão de Contratação/Agente de Contratação os servidores Sebastião Cirino da Silva, matrícula 3688-9, para exercer a função de Presidente e os servidores Rosa de Lourdes Soares de Oliveira Bandeira, matrícula 3796-6 e Antônio Alves de Araújo, , matrícula 6116-6, cuja finalidade é conduzir os procedimentos necessários à execução das obras e serviços de engenharia no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba (DER/PB).

12.2 – Os membros da Equipe de Apoio à Comissão de Contratação/Agente de Contratação serão:

Maria do Socorro Chaves Ribeiro, matrícula nº 3672-2, Isabelly Cicera Souza Dias, matrícula nº 9399-8 e Ighor Jonathan Gouveia Fernandes, matrícula nº 9473-1.

### 13. SANEAMENTO E DILIGÊNCIAS

13.1 – Nos termos da Lei nº 14.133/2021 assim como da Instrução Normativa SEAD Nº 005/2023, poderão ser promovidas as diligências que a Comissão de Contratação/Agente de Contratação entender necessárias, assim como adotar medidas de saneamento, desde que não seja alterada a substância da proposta, destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

13.2 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.1, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

### 14. CONDIÇÕES PARA INDICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LEGAL

14.1 – Para atuar no certame, a licitante deverá nomear um representante legal que poderá ser credenciado de acordo com o modelo do Anexo VI – Carta Credencial deste Edital, ou procuração, por instrumento público ou particular, em que se encontrem os necessários poderes de representação, não sendo permitido o mesmo representante para mais de uma licitante, ou ainda, indicar seu responsável legal, que deverá comprovar essa qualidade mediante apresentação de cópia de contrato social, estatuto ou documentos correlatos.

14.2 – A licitante deverá indicar os endereços comercial e eletrônico atualizados, aptos a receberem eventuais comunicações decorrentes desta licitação.

14.3 – O representante indicado deve zelar pelo gerenciamento e manutenção dos endereços informados, comunicando qualquer alteração à Comissão de Contratação/Agente de Contratação, sob risco de assumir as consequências de não receber comunicações críticas.

14.4 – As comunicações dirigidas ao representante indicado suprem, para todos os efeitos, o dever do DER de dar conhecimento dos atos praticados.

14.5 – Os dispostos nos subitens anteriores não se aplicam à comunicação dos atos de classificação e desclassificação das propostas; habilitação e inabilitação do licitante; homologação; anulação e revogação da licitação; e demais atos publicados nos sítios <https://der.pb.gov.br/> e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

### 15. DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

15.1 – O valor do Orçamento de Referência estabelecido pelo DER/PB para a execução dos serviços objeto desta licitação é de **R\$ 115.967.278,52 (cento e quinze milhões, novecentos e sessenta e sete mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos)**.

15.2 - Referência de Preços: Tabela DER/PB, SICRO com Desoneração – Mês data base set/2025

(atualizada 08/09/2025) e materiais betuminosos atualizado jun/2025.

## 16. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

16.1 – A proposta de preços deverá ser constituída dos seguintes elementos:

16.1.1 – Carta Proposta, conforme modelo do Anexo V – Carta Proposta deste Edital, na qual conste a razão social da licitante, seu endereço comercial, eletrônico e telefone atualizados, e número do CNPJ/MF; nome, RG, CPF e assinatura do responsável ou representante legal, e ainda:

- a) preço global, contendo quadro resumo de preços, para a execução dos serviços objeto da licitação;
- b) mês de referência da proposta conforme orçamento base da Administração; e,
- c) prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação;

16.1.2 – Planilha Orçamentária – contendo quadro de quantitativos e preços unitários, com seus respectivos subtotais.

16.1.3 – Quadro de Encargos Sociais, conforme modelo Anexo no Relatório Técnico Preparatório.

16.1.4 – Quadro Demonstrativo do Cálculo do BDI – Bonificação de Despesas Indiretas – conforme modelo Anexo no Relatório Técnico Preparatório.

16.1.5 – Cronograma Físico e Financeiro, conforme modelo Anexo no Relatório Técnico Preparatório.

16.1.6 – Composição de Preços Unitários.

16.1.6.1 - Planilhas de “Composição de preços unitários”, inclusive as auxiliares, para todos os itens constantes no orçamento proposto, exceto os itens relativos a instalações (Apenas a empresa vencedora).

16.1.7 – Declaração de que sua proposta de preços compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo I deste Edital.

16.2 – A Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico e Financeiro deverão ser assinados por Engenheiro Civil, como dispõe os Arts. 13 e 14 da Lei Federal n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

16.3 – Nos preços unitários propostos deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas, diretas ou indiretas, que venham a incidir sobre eles, representando a compensação integral para todas as operações, transportes, materiais, perdas, mão de obra, equipamentos, controles tecnológicos e eventuais encargos necessários à completa execução dos serviços.

16.4 – Os preços unitários deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais e as operações matemáticas deverão considerar apenas 2 (duas) casas decimais, eliminando-se sempre a 3ª

(terceira) casa decimal, independentemente da aproximação.

16.5 – Para todos os serviços prevalecem os preços resultantes da proposta configurada pelo DER através do sistema SICRO – Sistema Integrado de Controle de Obras.

## **17. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

17.1 – Serão desclassificadas as Propostas de Preços:

- a) elaboradas em desacordo com o Edital e seus anexos e/ou as que proponham porcentagens de descontos sobre os preços mais baixos apresentados – ou seja, qualquer tentativa de manipular a concorrência por meio de descontos baseados nos preços de outros concorrentes (tentar sempre ficar abaixo do menor preço já proposto, independente do custo real ou valor justo do serviço) é inaceitável e resultará em desclassificação da proposta;
- b) cujo preço total proposto e/ou qualquer unitário for(em) superior(es) ao estabelecido pelo DER;
- c) cujo preço total proposto e/ou qualquer unitário for(em) manifestamente inexequível(eis), aferido(s) com base no critério estabelecido no Art. 59, §§ 3º e 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, quando não restar demonstrada a exequibilidade;
- d) propostas de preços que indicarem mês de referência anterior àquele estipulado no orçamento da DER;

16.1.1 - Será exigida, nos termos do art. 59, § 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

16.2 – As licitantes que apresentarem para os itens constantes da planilha de BDI – Bonificação de Despesas Indiretas percentuais unitários acima do limite máximo (3º quartil) ou em desacordo com o estabelecido no Acórdão n.º 2.622/2013 – Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, terão que demonstrar a composição do respectivo percentual unitário, mediante solicitação da Comissão de Contratação/Agente de Contratação.

16.3 – Uma vez submetidas, as propostas de preços não poderão ser modificadas ou substituídas, para garantir a igualdade de condições entre todos os licitantes e a integridade do processo de licitação. Esta regra assegura que todos os participantes se comprometam de forma definitiva com as condições apresentadas em suas propostas.

16.3.1 – Diante da possibilidade de ocorrência de erros formais ou materiais não intencionais, a Comissão de Contratação/Agente de Contratação poderá, a seu critério e sob condições estritas, permitir a correção de tais erros. Essas correções são limitadas a aspectos que não alterem a substância da proposta de preços ou a competitividade do processo licitatório. A possibilidade de correção destina-se exclusivamente a erros evidentes que não confirmem vantagem ao licitante em detrimento dos demais.

16.3.2 – A correção de erros somente será permitida mediante solicitação formal da Comissão de Contratação/Agente de Contratação, que especificará os erros passíveis de correção e fornecerá

um prazo claro para a sua regularização. O licitante deverá apresentar a documentação corrigida dentro deste prazo, respeitando todas as normas e requisitos estabelecidos no edital.

16.3.3 – Todo o processo de correção será documentado e incluído nos registros da licitação para garantir a transparência e a accountability. As correções permitidas e as justificativas para as mesmas serão publicamente disponibilizadas junto aos demais documentos da licitação.

16.4 – Os preços unitários máximos estabelecidos são os constantes na Planilha Orçamentária do DER, conforme Anexo no Relatório Técnico Preparatório, que considera o mês de referência e os bancos de dados nela estabelecidos.

## **18. DA HABILITAÇÃO**

18.1 – As proponentes deverão apresentar os documentos a seguir relacionados, sendo que as certidões, certificados e outros afins deverão estar com validade na data de abertura da licitação.

### **18.2 – DECLARAÇÕES**

18.2.1 – As licitantes deverão compor sua documentação de habilitação com as seguintes declarações:

- a) Declaração de Ciência, Aceite e Responsabilidade, conforme modelo do Anexo I (Declaração Geral);
- b) Declaração sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, conforme modelo do Anexo II;
- d) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme modelo do Anexo I (Declaração Geral);
- e) Declaração de não ter relação de parentesco vedada pelo Inciso III, do art. 1º, da Lei nº 8.124/2006, conforme modelo do Anexo I (Declaração Geral);
- f) Declaração comprometendo-se a empregar 5% (cinco por cento) do total de vagas existentes na contratação da obra aos sentenciados, em cumprimento à Lei Estadual nº 9.430/2011, conforme modelo do Anexo I (Declaração Geral);;
- g) Declaração, comprometendo-se a adotar o Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil – PGRCC, nas condições determinadas pelo CONAMA, através da Resolução nº 307/2002, conforme modelo do Anexo I (Declaração Geral);
- h) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo do Anexo I (Declaração Geral).

### **18.3 – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

17.8.1 – A licitante deverá demonstrar sua habilitação jurídica mediante a apresentação de, conforme o caso:

- a) registro comercial para empresa individual; ou,
- b) inscrição do ato constitutivo, no registro competente, no caso de sociedades não empresárias,

acompanhado de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício; ou,

c) Contrato Social e suas alterações ou Estatuto e Atas de Assembleia devidamente registrado(s) na Junta Comercial que revelem os atuais administradores da Companhia e o Capital Social atualizado, se houver.

18.3.2 – As provas de que tratam o subitem anterior poderão ser feitas por certidão simplificada expedida pela Junta Comercial ou, no caso de sociedades não empresárias (alínea “b”), por certidão, em breve relato, expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

#### **18.4 – DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

18.4.1 – A licitante deverá demonstrar sua regularidade fiscal mediante a apresentação de:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (cartão CNPJ/MF);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município onde estiver sediada a licitante, através da apresentação da Ficha de Inscrição Cadastral ou documento equivalente, expedido pela Receita Municipal, que comprove a referida inscrição;

c) Certidão de Regularidade quanto aos Tributos Federais – inclusive aqueles relativos à Seguridade Social – e à Dívida Ativa da União;

d) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Estado onde estiver localizada a sede da licitante. Se a sede da licitante estiver em outro Estado, deverá ser apresentada também a Certidão de Regularidade com a Fazenda do Estado da Paraíba;

e) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Município onde estiver sediada a licitante;

f) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRF; e,

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

#### **18.5 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

18.5.1 – A licitante deverá demonstrar sua qualificação econômico-financeira mediante a apresentação de:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, dentro do prazo de validade do documento. Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá juntar à documentação a certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimentos licitatórios. Os licitantes que se encontram em recuperação judicial ou extrajudicial devem demonstrar todos os demais requisitos para habilitação econômico-financeira; e,

a.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante. O balanço patrimonial deve ser acompanhado pela demonstração do resultado do exercício relativo aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei. É vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados,

quando encerrados e publicados, na forma da lei, há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta. Alternativamente, poderá ser apresentado apenas o último balanço patrimonial desde que este seja comparativo, contendo informações referentes aos dois últimos exercícios sociais, de forma a permitir a análise da evolução financeira da licitante ao longo do tempo.

b) Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações do resultado do exercício (i) publicados em Diário Oficial, (ii) publicados em jornal, (iii) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente, ou ainda (iv) aqueles transmitidos via Sistema Público de Escrituração Digital – SPED (com o seu respectivo recibo de entrega de escrituração contábil digital), inclusive com os termos de abertura e encerramento.

c) O balanço patrimonial da sociedade anônima ou por ações deverá ser o publicado em Diário Oficial, sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de parecer de auditor(es) independente(s). O balanço patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no “livro diário” contendo identificação completa da licitante, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos termos de abertura e encerramento. Os termos deverão estar registrados na Junta Comercial ou em outro Órgão equivalente;

d) Em caso de licitante que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis por ser recém constituída, esta deverá apresentar cópia do balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial, ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial ou em outro Órgão equivalente da sede da licitante.

18.5.2 – A comprovação da boa situação financeira da interessada deverá constar de cálculos demonstrativos dos seguintes índices contábeis:

<b>Qualificação Econômico-financeira</b>				
<b>Descrição da situação financeira (Índices financeiros e patrimônio líquido)</b>	<b>Quantidade Mínima Exigida</b>			
	<b>LOTE 01</b>	<b>LOTE 02</b>	<b>LOTE 03</b>	<b>LOTE 04</b>
	Execução dos serviços de Recuperação, Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária Estadual pavimentada sob a esfera de competência da Residência de SUMÉ	Execução dos serviços de Recuperação, Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária Estadual pavimentada sob a esfera de competência da Residência de PATOS	Execução dos serviços de Recuperação, Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária Estadual pavimentada sob a esfera de competência da Residência de ITAPORANGA	Execução dos serviços de Recuperação, Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária Estadual pavimentada e não pavimentada sob a esfera de competência da Residência de CAJAZEIRAS
R\$ 25.374.201,97	R\$ 30.781.775,60	R\$ 32.499.038,89	R\$ 27.312.262,06	
ILG (Índice de Liquidez Geral)	≥ 1	≥ 1,25	≥ 1,25	≥ 1
ILC (Índice de Liquidez Corrente)	≥ 1	≥ 1,25	≥ 1,25	≥ 1
ISG (Índice de Solvência Geral)	≥ 1	≥ 1,25	≥ 1,25	≥ 1

**18.5.2.1. Índice de Liquidez Geral (ILG), deverá ser calculado pela fórmula:**

$$ILG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + ELP)}$$

**18.5.2.2.** Índice de Liquidez Corrente (ILC), que deverá ser calculado pela fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

**18.5.2.3.** Índice de Solvência Geral (ISG), que deverá ser calculado pela seguinte fórmula:

$$ISG = \frac{AT}{(PC + ELP)}$$

**18.5.2.4.** Os elementos das fórmulas contidas nos subitens acima são os obtidos através do balanço patrimonial dos 2 (dois) exercícios financeiros já exigíveis, sendo os índices calculados em cada exercício, e são discriminados conforme a seguir:

ILG = Índice de Liquidez Geral

ILC = Índice de Liquidez Corrente

ISG = Índice de Solvência Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

18.5.3 – Também será exigido capital mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente contratação, no caso de licitante individual

## **18.6 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL**

18.6.1 - A comprovação da Qualificação Técnica está disposta neste Edital e demais requisitos previstos no Relatório Técnico Preparatório;

18.6.2 – A licitante deverá demonstrar sua qualificação técnica operacional mediante a apresentação de:

a) Certidão de Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA, e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Anteprojeto, atendendo ao disposto na Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, em consonância com o Art. 1º da Resolução n.º 413, de 27 de junho de 1997, do CONFEA, contendo, no mínimo, os seguintes dados: Razão social;

Endereço; Atividade; Número e data do registro; Ramo/atividade; e, Nome do(s) responsável(is) técnicos(s) registrado(s).

b) A comprovação da capacidade técnica operacional se dará mediante a apresentação de Certidões, Atestados ou Declarações, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que a licitante tenha executado serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior e em quantidades iguais ou superiores aos previstos no Relatório Técnico Preparatório, que comprove a parcela relevante de pavimentação de rodovia, conforme anotação em acervo técnico e atestado de boa execução, conforme os serviços descritos nos quadros do item 18.6.3.

b.2) Esses documentos devem indicar a licitante como executora e estar vinculados às Certidões de Acervo Técnico – CAT registradas no CREA do profissional responsável pelo serviço, ou às Certidões de Acervo Operacional – CAO, conforme estabelecido pela Resolução n.º 1.137, de 31 de março de 2023, do CONFEA. Deverão ser apresentados tanto os documentos comprobatórios (Certidões, Atestados ou Declarações), quanto às respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, ou Certidões de Acervo Operacional – CAO.

b.3) A depender da natureza do objeto, especificamente em obras e serviços de engenharia, poderão ser aceitas, para fins de comprovação, certidões emitidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando aplicável e pertinente.

b.4) Nos casos em que a licitante apresentar atestados de desempenho emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte, e o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não especificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, a avaliação de sua qualificação técnica seguirá os critérios estabelecidos no §10º do artigo 67 da Lei 14.133/2021, conforme descrito a seguir:

b.4.1) Se o atestado for emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, exceto em licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nas quais todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada empresa consorciada;

b.4.2) Se o atestado for emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas serão reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive em licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominante intelectual.

b.4.3) Caso a(s) citada(s) Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões) não informe(m) o percentual de participação de cada integrante, o mesmo deverá ser comprovado pela empresa licitante.

c) Quadro de Pessoal Técnico: Este documento deverá ser submetido pela empresa licitante para comprovar a disponibilidade e a participação de pessoal técnico qualificado vinculado à mesma durante a execução dos serviços objeto desta licitação. Deverá incluir uma declaração dos profissionais indicados, confirmando sua participação direta e contínua nos serviços, até a aceitação final dos mesmos. O quadro deve ser assinado pelo representante legal da licitante com a anuência dos profissionais envolvidos, conforme o modelo apresentado no ANEXO IV –

**DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA.** É permitida a substituição dos profissionais, desde que o substituto tenha qualificações equivalentes ou superiores e seja previamente aprovado pela Administração desta Autarquia.

c.1) **Coordenação Técnica:** A equipe técnica deve ser liderada por um Coordenador, expressamente designado pela licitante, que atuará como principal ponto de contato com o contratante. Este coordenador deve ser qualificado como Engenheiro Civil ou possuir outra habilitação técnica reconhecida pela respectiva entidade competente e ser detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT).

c.2) Para fins deste Edital, considera-se como parte do Quadro de Pessoal Técnico da empresa: sócios, diretores, empregados, responsáveis técnicos e profissionais contratados especificamente para o projeto.

c.3) Prova do vínculo descrito na alínea c.2:

c.3.1) **Vínculo Societário:** Apresentação do ato constitutivo da empresa, registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da licitante.

c.3.2) **Diretor:** Apresentação de cópia do Contrato Social para empresas individuais ou limitadas, ou cópia da ata de eleição publicada em jornal de grande circulação para sociedades anônimas.

c.3.3) **Vínculo Empregatício:** Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), mostrando o registro do emprego e as alterações salariais mais recentes; ou contrato de trabalho atualizado.

c.3.4) **Responsável Técnico:** Cópia da certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ou documentos equivalentes que comprovem a ligação do profissional como responsável técnico da empresa.

c.3.5) **Profissional Autônomo:** Contrato de prestação de serviços, sem vínculo empregatício, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

c.3.6) Admite-se, também, a apresentação de **DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA** de profissional detentor de Certidão de Acervo Técnico, com sua devida anuência.

d) **Declaração de Disponibilidade de Aparelhamento e Instalações:** A licitante deverá declarar formalmente a disponibilidade de equipamentos e instalações necessários para a execução dos serviços objeto desta licitação, considerando o acervo mínimo descrito no item 18.6.3 e seus subitens. Deve-se incluir um inventário detalhado de todos os equipamentos e instalações que serão utilizados, especificando suas capacidades, estado de conservação e adequação para os serviços a serem realizados.

e) **Da Visita Técnica:** A realização de visita técnica ao local dos serviços é facultativa para as licitantes.

e.1) Caso opte pela realização, a licitante deve apresentar um atestado de visita emitido pelo DER com a documentação de habilitação. A licitante deve enviar à visita profissional com habilitação comprovada pelo CREA, que pertença ao seu quadro de pessoal técnico, e poderão ser agendadas junto a Divisão de Estudos e Projetos-DEP em João Pessoa-PB, na Av. Min. José Américo de Almeida, S/N - Centro das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 16h00, de 2ª a 5ª feira e 6ª feira das

8h00 até 12h00, ou por meio do telefone (83) 3216-2825, com a Eng.<sup>a</sup> Maria do Socorro Chaves Ribeiro - Chefe da Divisão de Estudos e Projetos-DEP.

e.2) Se a licitante decidir não realizar a visita, deve submeter uma declaração, em papel timbrado, afirmando conhecimento das particularidades do local e assumindo as responsabilidades por quaisquer dificuldades que possam surgir, impossibilitando alegações de desconhecimento que possam impedir o cumprimento do contrato. A declaração deve seguir o modelo do Anexo III – Declaração de Opção de Não Realização de Visita Técnica.

e.3) Todas as despesas referentes à visita serão de responsabilidade da licitante.

18.6.3 O Acervo Técnico Operacional deve ser comprovado de acordo com os serviços descritos nos quadros abaixo, conforme especificação do lote.

### LOTE 1

<b>COMPROVAÇÃO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA</b>				
<b>Serviços para Manutenção e Conservação Rotineira da Malha Rodoviária Estadual de Competência da Residência Rodoviária de Sumé</b>				
Item	Discriminação	Unidade	Quantitativo orçado	Quantitativo a ser comprovado
a)	Reestabilização de Base existente c/adição de Brita com Recicladora	m <sup>3</sup>	27.360,00	12.000,00
b)	Tratamento Superficial Simples e/ou Duplo-TSS/TSD	m <sup>2</sup>	136.800,00	60.000,00
c)	Tapa Buraco c/PMF de Brita Comercial Excl. Ligante	m <sup>2</sup>	2.680,00	1.300,00
d)	Remendo Profundo Excl. Transporte Material	m <sup>3</sup>	4.620,00	2.300,00

18.6.3.1 Capacidade Profissional - os Responsáveis Técnicos devem ter experiência na execução de serviços de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior aos previstos no projeto, que comprove a parcela relevante da pavimentação de rodovia, conforme anotação em acervo técnico e atestado de boa execução emitido por pessoa jurídica e registrado no CREA. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

<b>CAPACIDADE PROFISSIONAL</b>	
<b>SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS</b>	<b>UNID.</b>
Reestabilização de Base existente c/adição de Brita com Recicladora	m <sup>3</sup>

Tratamento Superficial Simples e/ou Duplo- TSS/TSD	m <sup>2</sup>
Tapa Buraco c/PMF de Brita Comercial Excl. Ligante	m <sup>3</sup>
Remendo Profundo Excl. Transporte Material	m <sup>2</sup>

18.6.3.2 **Relação de Equipe Mínima** - considerados essenciais para a execução do objeto a ser licitado, dentro do cronograma estabelecido e de acordo com o Projeto.

18.6.3.3 **Declaração Formal de Disponibilidade dos Equipamentos** - a ser emitida pela licitante, os seguintes equipamentos mínimos em perfeitas condições de uso quando da contratação.

**LOTE 01 – Equipamentos mínimos exigidos para o serviço de Manutenção e Conservação Rotineira da malha rodoviária estadual de competência da Residência Rodoviária de Sumé:**

- 02(duas) Motoniveladora 04(quatro) Caminhões Basculante  $\geq 10$  t
- 02(duas) Carregadeira de Pneus 02(dois) Rolo Compactador Tipo Tandem
- 02(dois) Caminhões Distribuidor de Asfáltico(espargidor)
- 02(dois) Rolo compactador tipo Pé de Carneiro
- 01(uma) Recicladora de Solos 01(uma) Usina de Micro Revestimento.

18.6.3.4. A Contratada será obrigada a colocar à disposição do DER/PB, para ser utilizado pela equipe de Coordenação, Fiscalização e Controle local da Obra, durante a vigência do contrato:

- 01 (um) imóvel, para uso da Fiscalização e Controle da Obra, na cidade a ser indicada pelo DER/PB;
- 01 (um) veículos tipo SUV com menos de dois anos de uso, e em bom estado de conservação, com seguro total contra danos, roubos e incêndios por lote.
- 01 (um) laboratório completo, inclusive móveis e utensílios para realização de ensaios de controle de serviço e materiais

18.6.3.5 **Relação dos Serviços Executados por Profissionais de Nível Superior** vinculados ao quadro permanente da empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços compatíveis ao objeto da licitação.

## LOTE 2

<b>COMPROVAÇÃO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE</b>				
<b>PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA</b>				
<b>Serviços para Manutenção e Conservação Rotineira da Malha Rodoviária Estadual de Competência da Residência Rodoviária de Patos</b>				
<b>Item</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantitativo orçado</b>	<b>Quantitativo a ser comprovado</b>

a)	Reestabilização de Base existente c/adição de Brita com Recicladora	m <sup>3</sup>	32.000,00	16.000,00
b)	Tratamento Superficial Simple e/ou Duplo- TSS/TSD	m <sup>2</sup>	160.000,00	80.000,00
c)	Remendo Profundo Excl. Transporte Material	m <sup>3</sup>	5.850,00	2.900,00
d)	Micro Revestimento Asfáltico	m <sup>2</sup>	60.000,00	30.000,00

**18.6.3.6 Capacidade Profissional** - os Responsáveis Técnicos devem ter experiência na execução de serviços de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior aos previstos no projeto, que comprove a parcela relevante da pavimentação de rodovia, conforme anotação em acervo técnico e atestado de boa execução emitido por pessoa jurídica e registrado no CREA. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

CAPACIDADE PROFISSIONAL	
SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS	UNID.
Reestabilização de Base existente c/adição de Brita com Recicladora	m <sup>3</sup>
Tratamento Superficial Simples e/ou Duplo- TSS/TSD	m <sup>2</sup>
Remendo Profundo Excl. Transporte Material	m <sup>3</sup>
Micro Revestimento Asfáltico	m <sup>2</sup>

**18.6.3.7 Relação de Equipe Mínima** - considerados essenciais para a execução do objeto a ser licitado, dentro do cronograma estabelecido e de acordo com o Projeto

**18.6.3.8 Declaração Formal de Disponibilidade dos Equipamentos** - a ser emitida pela licitante, os seguintes equipamentos mínimos em perfeitas condições de uso quando da contratação.

**LOTE 02 – Equipamentos mínimos exigidos para o serviço de Manutenção e Conservação Rotineira da malha rodoviária estadual de competência da Residência Rodoviária de Patos:**

- 02(duas) Motoniveladora 04(quatro) Caminhões Basculante ≥ 10 t
- 02(duas) Carregadeira de Pneus 02(dois) Rolo Compactador Tipo Tandem
- 02(dois) Caminhões Distribuidor de Asfáltico (espargidor)
- 02(dois) Rolo compactador tipo Pé de Carneiro

- 01(uma) Recicladora de Solos 01(uma) Usina de Micro Revestimento.

18.6.3.9. A Contratada será obrigada a colocar à disposição do DER/PB, para ser utilizado pela equipe de Coordenação, Fiscalização e Controle local da Obra, durante a vigência do contrato:

- 01 (um) imóvel, para uso da Fiscalização e Controle da Obra, na cidade a ser indicada pelo DER/PB;
- 01 (um) veículos tipo SUV com menos de dois anos de uso, e em bom estado de conservação, com seguro total contra danos, roubos e incêndios por lote.
- 01 (um) laboratório completo, inclusive móveis e utensílios para realização de ensaios de controle de serviço e materiais

18.6.3.10 **Relação dos Serviços Executados por Profissionais de Nível Superior** vinculados ao quadro permanente da empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços compatíveis ao objeto da licitação.

### LOTE 3

<b>COMPROVAÇÃO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE</b>				
<b>PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA</b>				
<b>Serviços para Manutenção e Conservação Rotineira da Malha Rodoviária Estadual de Competência da Residência Rodoviária de Itaporanga</b>				
<b>Item</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantitativo orçado</b>	<b>Quantitativo a ser comprovado</b>
a)	Reestabilização de Base existente c/adição de Brita com Recicladora	m <sup>3</sup>	40.203,00	20.000,00
b)	Tratamento Superficial Simples e/ou Duplo- TSS/TSD	m <sup>2</sup>	201.016,00	100.000,00
c)	Tapa Buraco c/PMF de Brita Comercial Excl. Ligante	m <sup>3</sup>	4.163,00	2.000,00
d)	Micro Revestimento Asfáltico	m <sup>2</sup>	60.000,00	30.000,00

18.6.3.11 **Capacidade Profissional** - os Responsáveis Técnicos devem ter experiência na execução de serviços de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior aos previstos no projeto, que comprove a parcela relevante da pavimentação de rodovia, conforme anotação em acervo técnico e atestado de boa execução emitido por pessoa jurídica e registrado no CREA. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação

das Licitantes.

CAPACIDADE PROFISSIONAL	
SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS	UNID.
Reestabilização de Base existente c/adição de Brita com Recicladora	m <sup>3</sup>
Tratamento Superficial Simples e/ou Duplo- TSS/TSD	m <sup>2</sup>
Tapa Buraco c/PMF de Brita Comercial Excl. Ligante	m <sup>3</sup>
Micro Revestimento Asfáltico	m <sup>2</sup>

18.6.3.12 **Relação de Equipe Mínima** - considerados essenciais para a execução do objeto a ser licitado, dentro do cronograma estabelecido e de acordo com o Projeto

18.6.3.13 **Declaração Formal de Disponibilidade dos Equipamentos** - a ser emitida pela licitante, os seguintes equipamentos mínimos em perfeitas condições de uso quando da contratação.

**LOTE 03 – Equipamentos mínimos exigidos para o serviço de Manutenção e Conservação Rotineira da malha rodoviária estadual de competência da Residência Rodoviária de Itaporanga:**

- 02(duas) Motoniveladora 04(quatro) Caminhões Basculante  $\geq 10$  t
- 02(duas) Carregadeira de Pneus 02(dois) Rolo Compactador Tipo Tandem
- 02(dois) Caminhões Distribuidor de Asfáltico(espargidor)
- 02(dois) Rolo compactador tipo Pé de Carneiro
- 01(uma) Recicladora de Solos 01(uma) Usina de Micro Revestimento.

18.6.3.14. A Contratada será obrigada a colocar à disposição do DER/PB, para ser utilizado pela equipe de Coordenação, Fiscalização e Controle local da Obra, durante a vigência do contrato:

- 01 (um) imóvel, para uso da Fiscalização e Controle da Obra, na cidade a ser indicada pelo DER/PB;
- 01 (um) veículos tipo SUV com menos de dois anos de uso, e em bom estado de conservação, com seguro total contra danos, roubos e incêndios por lote.
- 01 (um) laboratório completo, inclusive móveis e utensílios para realização de ensaios de controle de serviço e materiais

18.6.3.15 **Relação dos Serviços Executados por Profissionais de Nível Superior** vinculados ao quadro permanente da empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços compatíveis ao objeto da licitação.

## LOTE 4

COMPROVAÇÃO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE – PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA				
Serviços para Manutenção e Conservação Rotineira da Malha Rodoviária Estadual de Competência da Residência Rodoviária de Cajazeiras				
Item	Discriminação	Unidade	Quantitativo orçado	Quantitativo a ser comprovado
a)	Reestabilização de Base existente c/adição de Brita com Recicladora	m <sup>3</sup>	32.000,00	16.000,00
b)	Tratamento Superficial Simples e/ou Duplo- TSS/TSD	m <sup>2</sup>	160.000,00	80.000,00
c)	Concreto Betuminoso Usinado a Quente-CBUQ	t	3.183,00	1.500,00
d)	Remendo Profundo Excl. Transporte Material	m <sup>3</sup>	4.200,00	2.000,00

18.6.3.16 **Capacidade Profissional** - os Responsáveis Técnicos devem ter experiência na execução de serviços de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior aos previstos no projeto, que comprove a parcela relevante da pavimentação de rodovia, conforme anotação em acervo técnico e atestado de boa execução emitido por pessoa jurídica e registrado no CREA. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

CAPACIDADE PROFISSIONAL	
SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS	UNID.
Reestabilização de Base existente c/adição de Brita com Recicladora	m <sup>3</sup>
Tratamento Superficial Simples e/ou Duplo- TSS/TSD	m <sup>2</sup>
Concreto Betuminoso Usinado a Quente-CBUQ	t
Remendo Profundo Excl. Transporte Material	m <sup>3</sup>

18.6.3.17 **Relação de Equipe Mínima** - considerados essenciais para a execução do objeto a ser licitado, dentro do cronograma estabelecido e de acordo com o Projeto

18.6.3.18 **Declaração Formal de Disponibilidade dos Equipamentos** - a ser emitida pela licitante, os seguintes equipamentos mínimos em perfeitas condições de uso quando da contratação.

**LOTE 04 – Equipamentos mínimos exigidos para o serviço de Manutenção e Conservação Rotineira da malha rodoviária estadual de competência da Residência Rodoviária de Cajazeiras:**

- 02(duas) Motoniveladora 04(quatro) Caminhões Basculante  $\geq 10$  t
- 02(duas) Carregadeira de Pneus 02(dois) Rolo Compactador Tipo Tandem
- 02(dois) Caminhões Distribuidor de Asfáltico(espargidor)
- 02(dois) Rolo compactador tipo Pé de Carneiro
- 01(uma) Recicladora de Solos 01(uma) Usina de Micro Revestimento.

18.6.3.19. A Contratada será obrigada a colocar à disposição do DER/PB, para ser utilizado pela equipe de Coordenação, Fiscalização e Controle local da Obra, durante a vigência do contrato:

- 01 (um) imóvel, para uso da Fiscalização e Controle da Obra, na cidade a ser indicada pelo DER/PB;
- 01 (um) veículos tipo SUV com menos de dois anos de uso, e em bom estado de conservação, com seguro total contra danos, roubos e incêndios por lote.
- 01 (um) laboratório completo, inclusive móveis e utensílios para realização de ensaios de controle de serviço e materiais

18.6.3.20 **Relação dos Serviços Executados por Profissionais de Nível Superior** vinculados ao quadro permanente da empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços compatíveis ao objeto da licitação.

## **19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO**

19.1 – No julgamento da licitação, atendidos satisfatoriamente os requisitos referentes à Proposta de Preços, à Documentação para Habilitação e aos demais constantes neste Edital, será considerada vencedora a licitante que apresentar o menor Preço Total Proposto para a execução dos serviços.

19.2 – A Comissão de Contratação/Agente de Contratação dará ciência aos interessados do resultado do julgamento e da habilitação por meio dos sítios [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e <https://der.pb.gov.br/>.

19.3 - Caso o licitante que obteve a maior pontuação indicada acima seja considerado habilitado, será divulgado o resultado de que trata o subitem anterior, bem como será aberto o prazo para manifestação da intenção de recorrer.

19.4 - Caso este licitante seja considerado inabilitado, será(ão) convocado(s) o(s) licitante(s) subsequente(s), em ordem de classificação, para que, no mesmo prazo acima, apresentem) seus documentos para habilitação conforme Edital e, se necessário, documentos complementares, até que haja licitante habilitado, e então será divulgado o resultado de que trata o subitem 8.3 deste Edital, bem como será aberto o prazo para manifestação da intenção de recorrer.

## 20. RECURSO E CONTRARRAZÕES

20.1 – Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), manifestar a intenção de recorrer no prazo de 10 minutos quando ocorrer uma das seguintes situações:

- a) Declarada a vencedora do certame – ou seja, julgada a proposta da licitante até então mais bem colocada e tendo sido a mesma habilitada;
- b) Todas as propostas tenham sido desclassificadas;
- c) Todas as propostas classificadas tenham sido inabilitadas.

20.2 – A falta de manifestação da licitante quanto à intenção de recorrer em campo próprio do sistema implica na decadência do direito de interposição de recurso, ficando o DER autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

20.3 – As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

20.4 – Ficam as demais licitantes intimadas para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, também em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso desde logo.

20.5 – O acolhimento de recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio <https://der.pb.gov.br/>.

## 21. RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

21.1 – Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato firmado ou na entrega a ser efetuada.

21.2 – Informar e manter atualizadas as informações para contato, como números de telefone, endereço e e-mail, bem como indicação dos representantes autorizados para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração.

21.3 – Assegurar, durante a execução dos serviços, a proteção e a conservação destes, de forma que seja mantida a sua integridade.

21.4 – Executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade, independentemente das penalidades cabíveis.

21.5 – Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção do local dos serviços a qualquer momento, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados por esta, pertencam seus fiscalizadores ao contratante ou a terceiros por estes credenciados.

21.6 – Providenciar a legalização dos serviços junto aos órgãos competentes, por sua conta e responsabilidade, quando necessário.

- 21.7 – Zelar pela integridade dos bens vinculados às atividades dos serviços.
- 21.8 – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 21.9 – Responsabilizar-se pelos danos causados decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 21.10 – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato. A inadimplência do contratado quanto a esses encargos não transfere ao contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto ou restringir a regularização deste.
- 21.11 – Responsabilizar-se por quaisquer acidentes decorrentes da execução dos serviços, uso indevido de patentes registradas e, ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer outra causa, a destruição ou danificação dos serviços até a sua definitiva aceitação pelo contratante, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.
- 21.12 – A emissão da Licença Ambiental por Adesão e Compromisso – LAC, exigida para a execução dos serviços objeto desta licitação, será de responsabilidade exclusiva da empresa vencedora.
- 21.12.1 – A contratada deverá providenciar, às suas expensas, todas as ações necessárias à obtenção da LAC, incluindo coleta de documentos, estudos, formulários, vistorias, taxas e quaisquer demais procedimentos requeridos pelo órgão ambiental competente.
- 21.12.2 – A contratada deverá iniciar imediatamente o processo de licenciamento na data do recebimento da Ordem de Serviço inicial, responsabilizando-se pelo acompanhamento integral do trâmite até a expedição da licença.
- 21.12.3 – O não atendimento às exigências ambientais ou o atraso na obtenção da LAC não caracterizará fato impeditivo, nem ensejará acréscimo de prazo ou ônus ao DER/PB, competindo exclusivamente à contratada garantir sua regularidade ambiental durante toda a vigência contratual.
- 21.13 – Cumprir as demais obrigações constantes do Relatório Técnico Preparatório.

## **22. RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DO DER**

- 22.1 – Emitir as convocações, as ordens de serviço, as notas de empenho e o contrato relativos ao objeto da licitação.
- 22.2 – Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto.
- 22.3 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, e com as especificações deste Edital e seus Anexos.
- 22.4 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

22.5 – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto desta licitação.

22.6 – Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

22.7 – Cumprir as demais obrigações constantes do Relatório Técnico Preparatório.

22.8 – Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que embarçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

### **23. GARANTIA DA PROPOSTA**

23.1 - Conforme o art. 58 da Lei nº 14.133, os licitantes prestarão a garantia de proposta correspondente a 1% do valor estimado para a contratação. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

23.1.1 - O prazo mínimo de validade da garantia de proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de entrega da proposta;

23.1.2 - A comprovação do recolhimento de quantia à título de garantia de proposta, será requisito de pré-habilitação.

23.1.3 - O comprovante da garantia de proposta, em original, deverá ser anexado à documentação de habilitação.

23.1.4 - As licitantes reunidas em consórcio prestarão garantia de proposta através da sociedade empresária líder ou, em nome de cada consorciada, na proporção de sua participação no consórcio.

23.1.5 - A garantia de proposta prestada pela licitante vencedora será devolvida ou dispensada após a assinatura do contrato, observado o art. 58, §2º Lei Federal nº 14.133/21.

23.1.6 - A garantia de proposta será liberada após expirado o seu prazo de validade ou, nos seguintes casos, decorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis:

a) assinatura do contrato;

b) data em que for declarada fracassada a licitação.

23.1.7 - A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022

### **24. GARANTIA CONTRATUAL**

24.1 – Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) caução em dinheiro ou em títulos de dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; ou,
- b) fiança bancária; ou,
- c) seguro-garantia; ou
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

24.2 – As garantias serão equivalentes a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, incluído, no que couber, o reajustamento de preços.

24.3 – Caso a opção seja pelo seguro-garantia, o contratado terá 1 mês para, contado a partir da homologação do objeto, para prestação da garantia.

24.4 – Quando, em dinheiro, a garantia deverá ser depositada na Divisão de Recursos Financeiros desta autarquia.

24.5 – Ademais, deverão ser observados os dispostos nos artigos 96 e 97 da Lei 14.133/2021.

## **25. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

25.1 – Para assinatura do contrato fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da convocação expressa da licitante vencedora.

25.2 – O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

25.3 – Antes da assinatura do contrato, a contratada apresentará o visto do CREA/PB ou CAU/PB, quando sediada em outro Estado.

25.4 – Antes da assinatura do Contrato, a Contratante realizará consulta “online” no sistema da GOCAF – Gerência Operacional de Cadastro de Fornecedores, da Secretaria de Estado da Administração, no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN e no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar – CAFIL/PB, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

25.4.1 – As empresas em situação irregular nestes cadastros estarão impedidas de contratar com a Administração, até ulterior regularização.

25.4.2 – As empresas que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998, não poderão contratar com a Administração.

25.5 – O DER poderá, quando o convocado não assinar o contrato, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

25.6 – Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

25.7 – Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 25.5, o DER, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

25.8 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pelo DER caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

25.9 – A regra do 25.8 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do subitem 25.7.

## **26. MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO**

26.1 – Faz-se necessário observar o que dispõe o item 7 “Critérios de Medição e Pagamento” – e subitens – do Relatório Técnico Preparatório (RTP).

26.2 – Quanto aos critérios de atualização monetária, deve-se observar o que dispõe o item 12 do Relatório Técnico Preparatório (RTP).

## **27. DURAÇÃO DO CONTRATO**

27.1 – A vigência do contrato terá início a partir da sua assinatura e perdurará até 30 (trinta) dias corridos após o término do prazo previsto no subitem 27.2 do presente Edital.

27.2 – O prazo para a execução dos trabalhos será de 720 (setecentos e vinte) dias corridos, contados a partir da data fixada para seu início na respectiva Ordem de Serviço, a ser expedida pela DER em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da publicação do extrato do respectivo Contrato.

27.3 – O prazo de vigência do contrato será de 750 (setecentos e cinquenta) dias, contados a partir da data da assinatura do Instrumento Contratual.

27.3.1 – O prazo de duração do contrato poderá ser prorrogado, na forma da lei – ademais, deve ser observado o que dispõe o Relatório Técnico Preparatório e a Minuta de Contrato.

27.4 – Quando do recebimento da referida Ordem de Serviço, a Contratada deverá apresentar à Diretoria Técnica da DER, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, do(s) engenheiro(s) responsável(eis) técnico(s) e do(s) preposto(s) indicados pela empresa para a licitação.

27.5 – Se a empresa contratada não for registrada no CREA do Estado da Paraíba, o respectivo Certificado de Registro deve ser vistado pelo CREA da Paraíba e ser apresentado quando do recebimento da Ordem de Serviço.

27.6 – Sendo cabível, por ocasião do início dos serviços deverão ser apresentados ao Fiscal Administrativo, os seguintes documentos: matrícula específica dos serviços, objeto do presente

Edital, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS; e, cópia(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART’s do(s) engenheiro(s) Responsável(eis) Técnico(s) e preposto(s) indicado(s) pela empresa para a licitação, junto ao CREA/PB.

27.7 – Os preços contratuais, em reais, serão reajustados nos termos definidos capítulo 12 do Relatório Técnico Preparatório.

## **28. SUBCONTRATAÇÃO**

28.1 - Para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, será admitida subcontratação até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento, em consonância com art. 122, caput da Lei n. 14.133/2021.

28.2 - A subcontratação depende de autorização prévia do DER-PB, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

28.3 - A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

28.3.1 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o DER/PB pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

28.3.2 - Para avaliação das subcontratações, serão utilizados os mesmos critérios da análise da licitante, inclusive no que se refere à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e aos impedimentos de licitar e contratar com o(a) Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba.

28.4. Nos termos do art. do art. 122, § 3º da Lei nº 14.133/2021, é vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

28.5. É vedada a subcontratação total ou das parcelas tecnicamente mais complexas ou de valor mais significativo do objeto, que motivaram a necessidade de comprovação de capacidade financeira ou técnica pela Contratada.

## **29. IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA LICITANTE E PELO CONTRATADO – PENALIDADES**

29.1 – Será observado o disposto no Capítulo I – Das Infrações e Sanções Administrativas, do Título IV – Das Irregularidades, da Lei nº 14.133/2021.

### **30. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

30.1 – Os serviços serão recebidos em duas etapas: provisória e definitiva, conforme estabelecido no Relatório Técnico Preparatório deste Edital.

### **31. DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

31.1 – A Contratante indicará, por meio de Portaria, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o Art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e o Art. 8 do Decreto Estadual nº 43.975/2023.

31.2 – O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

### **32. DISPOSIÇÕES GERAIS**

32.1 – O DER poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente.

32.2 – Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – DECLARAÇÃO GERAL;

ANEXO II – DECLARAÇÃO “LGPD”;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE OPÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA;

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA;

ANEXO V – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO;

ANEXO VI – CARTA CREDENCIAL;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS;

ANEXO VIII – TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO;

ANEXO IV – ORÇAMENTO SINTÉTICO (Quadro 01), PLANILHA DE QUANTIDADES (Quadro 02), CRITÉRIOS DE PAGAMENTO (Quadro 02), CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO (Quadro 03), QUADRO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS (Quadro 4) e PLANILHA DE QUANTIDADES (Quadro 02);

ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO.

João Pessoa - PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2025.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** EUGENIO GIUSEPPE GIOVANNI DE OLIVEIRA ROJ  
Data: 18/11/2025 15:35:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Eugênio Giuseppe G. de O. R. Filho  
Assistente Administrativo  
Matrícula 9618-1  
Responsável pela Elaboração do Edital

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LUIZ FELIPE LIMA LINS  
Data: 18/11/2025 15:59:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luiz Felipe Lima Lins  
Subprocurador  
Matrícula 3892-0  
Responsável pela Revisão do Edital